

ATA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às 14h30min, foi realizada, na Rua São
2 Bento nº 405, Edifício Martinelli, 15º andar, Sala 154 – Auditório, a 88ª Reunião Ordinária do
3 Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, com transmissão ao vivo via YouTube,
4 conforme a Portaria nº 17, complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G; pauta da
5 reunião: 1. comunicações gerais; 2. apresentação sobre os Planos de Ação das Subprefeituras;
6 3. apresentação e debate da proposta do Programa de Metas da Prefeitura Municipal da
7 Cidade de São Paulo; 01) com a palavra, a Presidente Suplente, Sra. Elisabete França,
8 representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, deu início à
9 reunião às 14h30min, cumprimentando as Conselheiras e os Conselheiros; em seguida, passou
10 ao item 1 da pauta, comunicações gerais, ocasião em que a Secretária Executiva Substituta,
11 Sra. Maria Gabriela Camollez Florio, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e
12 Licenciamento – SMUL, deu ciência da Portaria de Designação/Substituição nº
13 77/2025/SMUL.GAB, de 07 de julho de 2025, que a designou para exercer as atribuições da
14 Secretaria Executiva do CMPU durante o impedimento legal por férias da Sra. Talita Veiga
15 Cavallari Fonseca, conforme disposto na referida portaria; apresentou, ainda, as ausências
16 justificadas, nos termos do art. 6º do Regimento Interno, sendo: do Representante Titular da
17 Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, Sr. Osmar Dias dos Santos; da
18 Representante Titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sul 1, Sra. Ivete
19 Cecília Marabello Festino; e da Representante Suplente do Conselho Participativo Municipal da
20 Macrorregião Oeste, Sra. Paula Abud; com a palavra, o Sr. Renan Massabni Martins,
21 Representante da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, informou a posse de
22 conselheiros conforme a Portaria SGM nº 136, tendo sido nomeadas, como Representante
23 Titular da Secretaria Municipal de Gestão – SEGES, a Sra. Juliana Bueno Brandão Sanches
24 Corrêa, e como Suplente, a Sra. Amanda Vanessa Monaco Peixoto; pela Secretaria Municipal
25 de Justiça – SMJ, o Titular Sr. André Guilherme Lemos Jorge e o Suplente Sr. Alexandre Dias
26 Maciel; pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, o Titular Sr. Osmar
27 Dias dos Santos, cuja ausência foi devidamente justificada; em seguida, registrou-se a posse
28 dos Representantes do Conselho Participativo Municipal no CMPU, conforme a Portaria SGM
29 nº 177, com menção à publicação da Portaria SGM nº 184, que promoveu correções em
30 nomeações anteriores, tendo sido nomeados: Macrorregião Norte 1, Sra. Aline Donario de
31 Almeida e Sr. José Valdecir da Fonseca; Macrorregião Norte 2, Sra. Luciana Aparecida Picolo e
32 Sr. Ebenezer Ferreira de Barros; Macrorregião Oeste, Sr. André Leirne e Sra. Paula Abud;
33 Macrorregião Leste 1, Sr. Marcelo de Souza e Sra. Luciana Leone; Macrorregião Leste 2, Sra.
34 Alexandra Fabiane Caporalli, como Titular, e Sr. José Zildo Almeida da Silva, como Suplente;
35 Macrorregião Sul 1, Sra. Ivete Cecília Marabello Festino, como Titular, e Sr. José Eduardo
36 Trindade Canejo, como Suplente; Macrorregião Sul 2, Sr. Jonathan Vilar da Silva, como Titular,
37 e Sra. Rita de Cássia Santos, como Suplente; ao final, foi registrado agradecimento aos
38 Conselheiros do mandato anterior, com menção à presença do Sr. Benedito Roberto Barbosa,
39 Representante do Movimento de Moradia; na sequência, foi dada ciência da Portaria CMPU nº
40 01, que instituiu a Comissão Eleitoral responsável pela eleição dos Representantes da
41 Sociedade Civil, já em funcionamento, com edital publicado; mencionou-se, ainda, a Portaria
42 CMPU nº 02, que instituiu Grupo de Trabalho destinado a debates e sugestões relativas à
43 elaboração da proposta orçamentária anual de 2024, visando à implementação das ações
44 correspondentes, conforme registrado no processo SEI pertinente; instrumentos indutores da
45 função social da propriedade; por fim, foi informado que as inscrições para a eleição do CMPU



46 encontram-se abertas no período de 09 de julho a 08 de agosto, podendo ser realizadas de
47 forma virtual, por meio de QR Code, ou presencialmente, na sala 191-A do Edifício Martinelli,
48 das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira, tendo a Secretária Executiva Substituta incentivado a
49 ampla divulgação por todos os Representantes; 02) em seguida, teve início o segundo item da
50 pauta, apresentação dos Planos de Ação das Subprefeituras, a cargo do Sr. Guilherme Iseri de
51 Brito, Diretor da Divisão de Articulação Intersetorial da Coordenadoria de Planejamento
52 Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL; o Sr. Guilherme
53 saudou os presentes e informou tratar-se da apresentação do trabalho referente aos Planos de
54 Ação das Subprefeituras, destacando a relevância do tema, especialmente para os novos
55 Conselheiros; explicou que os planos têm origem nas diretrizes do Plano Diretor Estratégico –
56 PDE, vigente desde 2014, com validade até 2029, e que, entre as estratégias previstas,
57 encontra-se a Rede de Estruturação Local, responsável por orientar o desenvolvimento urbano
58 local, a partir da qual foram elaborados os Planos Regionais das Subprefeituras, aprovados em
59 2016 por decreto, também com vigência até 2029; mencionou que os Planos de Ação são
60 atualizados a cada ciclo de gestão municipal, com vigência de quatro anos, sendo elaborados
61 de forma intersetorial e participativa, incorporando diretrizes dos Planos Regionais, do
62 Programa de Metas, do OPPAE, das leis orçamentárias e das ações setoriais, tendo como
63 objetivo articular essas ferramentas de planejamento e alinhar as ações no território; em
64 sequência, apresentou o cronograma de elaboração atual, integrado à construção do novo
65 Programa de Metas, com previsão de publicação conjunta até o final de setembro, englobando
66 também o Plano Plurianual – PPA e os Planos de Ação; destacou que as oficinas participativas
67 ocorrerão nos 32 territórios das Subprefeituras entre os dias 28 e 31 do mês corrente, sempre
68 às 19h, com duração estimada entre duas e duas horas e meia, evitando-se as sextas-feiras;
69 ressaltou que o calendário foi ajustado de modo a não coincidir com as reuniões do Conselho
70 Participativo Municipal – CPM, e que, além dos encontros presenciais, haverá participação
71 complementar por meio da plataforma Participe+, visando ampliar a inclusão; informou que as
72 oficinas serão realizadas de forma integrada com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental
73 Integrado, atualmente em fase de diagnóstico, sendo abordadas de maneira conjunta as
74 pautas de urbanismo e saneamento, incluindo resíduos sólidos, esgotamento sanitário,
75 abastecimento de água e drenagem urbana; destacou que o convite oficial será encaminhado
76 pelas Subprefeituras aos Conselheiros e demais atores locais assim que o calendário estiver
77 confirmado, e que as informações também serão divulgadas no site Gestão Urbana; com a
78 palavra, a Conselheira Sra. Sandra Maria da Silva Ramalho, representante das Entidades
79 Religiosas – MITRA, questionou se todos os Conselhos Municipais, inclusive o Conselho
80 Municipal da Pessoa com Deficiência, receberiam os convites; em réplica, o Sr. Guilherme Iseri
81 de Brito esclareceu que sim, sendo intenção do grupo organizador fomentar a participação de
82 todos os Conselheiros, recomendando que cada um participe preferencialmente da oficina
83 correspondente ao território com o qual possua maior vínculo; em seguida, com a palavra, o
84 Sr. André Guilherme Lemos Jorge, Conselheiro do CMPU pela Macrorregião Oeste, destacou
85 tratar-se de sua primeira reunião, cumprimentou os presentes e manifestou dúvidas quanto ao
86 processo de consolidação dos dados oriundos das oficinas, questionando se haverá material de
87 referência prévio disponibilizado para estudo pelos Conselheiros, de modo a subsidiar suas
88 contribuições, bem como se haverá oportunidade posterior de manifestação, alertando para o
89 risco de se confundir participação com mera apresentação, diante da complexidade do tema e
90 da limitação temporal das oficinas; em réplica, o Sr. Guilherme Iseri de Brito agradeceu os
91 apontamentos e comprometeu-se a encaminhar material preparatório, bem como a esclarecer
92 os procedimentos de sistematização das contribuições recebidas nas oficinas; em nova réplica
93 em nova réplica, o Sr. Guilherme explicou que os trabalhos vêm sendo conduzidos de forma



94 articulada entre as áreas técnicas, com metodologia definida para consolidação das
95 contribuições, assegurando que as manifestações colhidas nas oficinas serão analisadas e
96 incorporadas conforme os critérios estabelecidos; instrumentos indutores da função social da
97 propriedade; por fim, foi informado que as inscrições para a eleição do CMPU encontram-se
98 abertas de 09 de julho a 08 de agosto, podendo ser realizadas virtualmente, via QR Code, ou
99 presencialmente, na sala 191-A do Edifício Martinelli, das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira;
100 a Secretária Executiva incentivou a ampla divulgação por todos os Representantes;
101 03) em seguida, foi iniciado o terceiro item da pauta, apresentação dos Planos de Ação das
102 Subprefeituras, a cargo do Sr. Guilherme Iseri de Brito, Diretor da Divisão de Articulação
103 Intersectorial da Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de
104 Urbanismo e Licenciamento – SMUL; o Sr. Guilherme Iseri de Brito saudou os presentes e
105 informou tratar-se da apresentação do trabalho referente aos Planos de Ação das
106 Subprefeituras; destacou a relevância do tema, especialmente para os novos Conselheiros, e
107 explicou que os planos têm origem nas diretrizes do Plano Diretor Estratégico – PDE, lei
108 vigente desde 2014 com validade até 2029; informou que, entre as estratégias previstas, está a
109 Rede de Estruturação Local, a qual direciona o desenvolvimento urbano local, e que, a partir
110 dela, foram elaborados os Planos Regionais das Subprefeituras, aprovados em 2016 por
111 decreto, com vigência também até 2029; mencionou que os Planos de Ação atualizam-se a
112 cada novo ciclo de gestão municipal, com vigência de quatro anos, sendo elaborados de forma
113 intersectorial e participativa, incorporando diretrizes dos Planos Regionais, Programa de Metas,
114 OPPAE, leis orçamentárias e ações setoriais; salientou que tais planos visam articular essas
115 ferramentas de planejamento e alinhar ações no território; em sequência, apresentou
116 cronograma de elaboração atual, que integra a construção do novo Programa de Metas, com
117 previsão de publicação coletiva até final de setembro, englobando também o Plano Plurianual
118 – PPA e os Planos de Ação; destacou que as oficinas participativas ocorrerão nos 32 territórios
119 das Subprefeituras entre os dias 28 e 31 do mês corrente, sempre às 19h, com duração de
120 duas a duas horas e meia, evitando-se as sextas-feiras; ressaltou que o calendário foi ajustado
121 para não coincidir com as reuniões do Conselho Participativo Municipal – CPM, e que, além
122 dos encontros presenciais, haverá participação complementar via plataforma Participe+,
123 visando maior inclusão; informou que as oficinas serão realizadas de forma integrada com o
124 Plano Municipal de Saneamento Ambiental Integrado, que se encontra em fase de diagnóstico,
125 sendo abordadas conjuntamente as pautas de urbanismo e saneamento, como resíduos
126 sólidos, esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem urbana; destacou que o
127 convite oficial será encaminhado pelas Subprefeituras aos Conselheiros e demais atores locais
128 tão logo o calendário esteja confirmado, e que as informações serão divulgadas no site Gestão
129 Urbana; com a palavra, a Sra. Sandra Ramalho, representante das Entidades Religiosas –
130 MITRA, questionou se todos os Conselhos Municipais, inclusive o da Pessoa com Deficiência,
131 receberiam os convites; em réplica, o Sr. Guilherme Iseri de Brito esclareceu que sim, sendo
132 intenção do grupo organizador fomentar a participação de todos os Conselheiros, e que a
133 recomendação é que participem da oficina do território com o qual possuam maior vínculo;
134 em seguida, com a palavra, o Sr. André Guilherme Lemos Jorge, Conselheiro do CMPU pela
135 Macrorregião Oeste, destacou tratar-se de sua primeira reunião, cumprimentou os presentes e
136 manifestou dúvidas sobre o processo de consolidação de dados das oficinas; questionou se
137 haverá material de referência prévio disponível para estudo pelos Conselheiros, permitindo-
138 lhes preparar suas contribuições, e se haverá oportunidade posterior de manifestação,
139 alertando para o risco de confundir participação com simples apresentação, diante da
140 complexidade do tema e da limitação temporal das oficinas; em réplica, o Sr. Guilherme Iseri
141 de Brito agradeceu os apontamentos e comprometeu-se a encaminhar material preparatório e

142 esclarecer os procedimentos de sistematização das contribuições recebidas nas oficinas; em
143 réplica, com a palavra, o Sr. Guilherme Iseri de Brito, Diretor da Divisão de Articulação
144 Intersecretorial da Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de
145 Urbanismo e Licenciamento – SMUL, explicou que os trabalhos vêm sendo conduzidos desde o
146 ano anterior, com o objetivo de sistematizar o planejamento vigente na Prefeitura, integrando
147 o Programa de Metas e demais instrumentos, a fim de consolidar as previsões para cada
148 território; questionou ao Conselheiro se a dúvida referia-se especificamente à sistematização
149 das oficinas ou ao planejamento como um todo; em seguida, com a palavra, o Sr. André
150 Guilherme Lemos Jorge, Representante Titular do Conselho Participativo Municipal – CPM,
151 esclareceu que seu questionamento não era metodológico, mas sim prático, quanto ao envio
152 prévio de material de referência com pelo menos trinta dias de antecedência, visando
153 possibilitar articulação interna nos três CPMs que representa; ressaltou a importância de que
154 os Representantes possam chegar preparados às oficinas, de modo a cumprir adequadamente
155 seu papel de representação, evitando que a articulação ocorra apenas após o processo; em
156 réplica, o Sr. Guilherme Iseri de Brito afirmou compartilhar da mesma compreensão sobre a
157 importância da participação qualificada, enfatizando que as oficinas foram desenhadas para
158 simplificar os conteúdos e metodologias, permitindo que tanto os CPMs quanto demais
159 moradores possam contribuir com propostas, necessidades e visões sobre seus territórios;
160 destacou que a sistematização será feita com base nas contribuições locais, integradas aos
161 perímetros de ação definidos nos Planos Regionais e às previsões do Programa de Metas e do
162 PPA; afirmou que o material será enviado a todos os CPMs tão logo consolidado; com a
163 palavra, novamente, o Sr. André Guilherme Lemos Jorge, solicitou o envio de um cronograma,
164 apontando a necessidade de agendamento de reuniões extraordinárias nos territórios de
165 Pinheiros, Butantã e Lapa, e manifestou preocupação quanto à viabilidade de representar
166 adequadamente os sessenta Conselheiros que o elegeram, diante do curto prazo e da ausência
167 de sistemática clara para participação na consolidação dos dados; reiterou que a
168 representação deve ser efetiva e não limitada à consulta pública, reforçando a importância da
169 participação desde a origem do processo deliberativo; em seguida, com a palavra, a Sra. Maria
170 Gabriela Camollez Florio, Secretária Executiva do CMPU, pediu que os tempos de fala fossem
171 respeitados conforme o Regimento Interno, com até cinco minutos por intervenção, e passou
172 a palavra ao próximo inscrito, solicitando que todos se identificassem; com a palavra, o Sr.
173 Fernando Gasperini, Conselheiro Titular pelo segmento de Entidades Acadêmicas e
174 Coordenador de Plano na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, reiterou o
175 caráter integrado dos Planos de Ação com o Programa de Metas e com o orçamento público
176 neste ciclo de início de gestão; informou que a primeira etapa se deu por meio das audiências
177 integradas realizadas em abril e maio, e que o material resultante já se encontra disponível no
178 site Gestão Urbana, incluindo os Planos Regionais, Programa de Metas e documentos
179 orçamentários; mencionou que está sendo criada página específica no portal com dados
180 atualizados das Subprefeituras, os quais também estão na plataforma Observa Sampa; em
181 réplica, com a palavra, novamente, o Sr. Guilherme Iseri de Brito, reforçou que as oficinas são
182 abertas e que os CPMs devem incentivar a participação da população de seus territórios, não
183 sendo necessário elaborar um resumo prévio para apresentação, visto que as oficinas foram
184 desenhadas para acolher a diversidade de contribuições ali, de forma direta e coletiva; com a
185 palavra, novamente, a Sra. Maria Gabriela Camollez Florio, informou o próximo inscrito, o Sr.
186 José André de Araújo, Representante Titular da Associação dos Mutuários e Moradores da
187 COHAB 1 – AMM-COHAB 1, e reiterou o tempo de fala previsto no Regimento; com a palavra,
188 o Sr. José André de Araújo, saudou os novos Conselheiros e reforçou a importância de acesso
189 prévio ao material, destacando que esta é uma luta histórica no âmbito do CMPU; argumentou

190 que a ausência de material prévio compromete o debate racional e objetivo, contrariando o
191 princípio da publicidade e da transparência, conforme art. 81 da Lei Orgânica do Município;
192 criticou o fato de o CMPU ser informado apenas no momento das agendas e não participar do
193 processo de elaboração do Plano de Metas, conforme previsto no art. 3º, incisos V e X do
194 decreto regulamentador do Conselho, que atribui ao CMPU o papel de subsidiar o Executivo ao
195 final de cada gestão e de debater sugestões para o desenvolvimento urbano; afirmou que o
196 Conselho tem sido reduzido a mero espectador, em vez de protagonista, e propôs a criação de
197 uma comissão permanente de monitoramento e acompanhamento do Plano de Metas,
198 visando cobrar e corrigir a execução do Plano Diretor Estratégico; finalizou solicitando que o
199 CMPU tenha acesso a todo o material de forma antecipada e cobrou esclarecimentos sobre a
200 situação do GT para acompanhamento da função social da propriedade, aprovado há mais de
201 seis meses e ainda não instituído formalmente, reforçando que compromissos assumidos
202 devem ser cumpridos; em sequência, com a palavra, a Sra. Carolina, Conselheira Suplente do
203 Conselho Participativo Municipal da Região Centro – CPMCE, substituindo o Titular Augusto,
204 afirmou concordar com os colegas quanto à necessidade de acesso antecipado ao material de
205 planejamento; ressaltou que, representando apenas a Subprefeitura Sé, há múltiplas questões
206 estratégicas a serem consideradas, como o Parque Dom Pedro II, a Esplanada da Liberdade, a
207 situação do Elevado Presidente João Goulart (Minhocão), o prolongamento da Avenida
208 Marquês de São Vicente, o complexo estadual em Campos Elíseos, entre outras
209 transformações territoriais que demandam estudos prévios para discussão qualificada;
210 declarou ser imprescindível a disponibilização antecipada de informações para que a
211 população possa debater com conhecimento de causa nas oficinas, evitando manifestações
212 desinformadas; questionou ainda se as decisões tomadas nas oficinas terão validade até o final
213 da atual gestão do Prefeito ou apenas durante o mandato do Conselho Municipal de Política
214 Urbana – CMPU; em resposta, o Sr. Guilherme Iseri de Brito, Diretor da Divisão de Articulação
215 Intersectorial da Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de
216 Urbanismo e Licenciamento – SMUL, esclareceu que a definição do calendário segue o formato
217 previsto no Plano Diretor Estratégico, com início no começo da gestão, visando concluir o
218 Plano de Ação em articulação com o Programa de Metas; reiterou que as oficinas não têm por
219 objetivo rediscutir cada meta isoladamente, mas sim levantar demandas para serem
220 traduzidas e incorporadas à participação ampliada; enfatizou a importância de que a
221 metodologia das oficinas seja acessível, permitindo contribuições efetivas de todos os
222 participantes, mesmo daqueles sem acesso prévio ao material; informou que o material está
223 em fase de finalização e será disponibilizado no site oficial em breve;
224 na sequência, com a palavra, o Sr. André Guilherme Lemos Jorge, Conselheiro Titular do
225 CMPU, destacou que a agenda de consulta pública da Prefeitura não deve ser confundida com
226 a agenda de representação dos Conselhos; reforçou que os Conselheiros possuem
227 responsabilidades específicas perante os seus respectivos Conselhos Participativos Municipais
228 e solicitou que o material seja enviado de forma clara, mesmo que por meio de uma lista de
229 links, acompanhada de um guia metodológico que oriente sobre os pontos a serem discutidos,
230 os espaços formais de manifestação e os prazos para contribuições; afirmou que são
231 necessários diagnósticos, diretrizes estratégicas e indicadores mínimos de impacto para
232 garantir uma discussão consistente, sendo inviável orientar politicamente as contribuições sem
233 tais elementos; em resposta, a Sra. Elisabete França, Presidente do CMPU, afirmou que o
234 processo conta com extenso levantamento de dados regionais, audiências públicas em todas
235 as Subprefeituras, elaboração de planos voltados à Conferência das Cidades e demais
236 consultas participativas; questionou o Sr. André Guilherme Lemos Jorge sobre quais materiais
237 específicos seriam necessários para o fortalecimento dos debates; em seguida, o Sr. André



238 reiterou a importância de compartilhar o diagnóstico consolidado a partir das consultas já
239 realizadas, bem como as diretrizes estratégicas e as propostas de intervenção,
240 preferencialmente acompanhadas de indicadores de impacto e linhas de base; a Sra. Elisabete
241 França confirmou que o material solicitado por ele e pelos demais Conselheiros será enviado e
242 solicitou que o próximo inscrito se apresentasse; na sequência, com a palavra, a Sra. Rita de
243 Cássia Silva de Oliveira, Conselheira Suplente representando o Conselho Participativo
244 Municipal da Região MacroSul 2 – CAMS2, questionou o significado do termo “projetos
245 audiências integradas”, como as demandas debatidas nas oficinas seriam tratadas e quais
246 medidas seriam adotadas para garantir a ampla divulgação e efetiva abertura das audiências
247 públicas à população em geral; com a palavra, o Sr. Guilherme Iseri de Brito explicou que o
248 primeiro processo integrado, realizado em abril e maio, envolveu a construção conjunta do
249 Programa de Metas, do Plano Plurianual – PPA, do Orçamento Cidadão e dos Planos de Ação,
250 culminando em um levantamento temático das consultas públicas; informou que atualmente
251 há uma integração entre os Planos de Ação e o Plano de Saneamento Ambiental,
252 possibilitando uma abordagem conjunta das demandas territoriais; em sequência, com a
253 palavra, o Sr. Fernando Gasperini, Coordenador de Planejamento Urbano – PLANURB da SMUL,
254 complementou que diversas Secretarias Municipais atuam de forma articulada na revisão dos
255 instrumentos de planejamento, que as manifestações nas audiências públicas são absorvidas
256 pelas respectivas Secretarias responsáveis e que o mesmo procedimento será adotado nas
257 oficinas, permitindo identificar especialmente as contribuições e confrontá-las com os
258 investimentos previstos pela Prefeitura; na sequência, com a palavra, a Sra. Elisabete França
259 afirmou que as audiências públicas já realizadas contaram com participação expressiva,
260 totalizando mais de 3.000 contribuições nos debates, e garantiu que as oficinas serão
261 amplamente divulgadas por meio dos canais oficiais; assegurou ainda que todos os esforços
262 serão empreendidos para ampliar a participação social;
263 por fim, o Sr. Guilherme Iseri de Brito concluiu reiterando a importância da ampla divulgação e
264 do engajamento das comunidades para fortalecer o processo participativo e ampliar o alcance
265 das discussões nos territórios; com a palavra, o Sr. João Moreirão, ex-Conselheiro do CPM da
266 Macrorregião Noroeste 2, que levantou preocupação quanto à mistura de temas nas
267 audiências públicas e questionou se seria possível extrair e sistematizar corretamente os dados
268 das diferentes frentes temáticas abordadas; em seguida, com a palavra, o Sr. José André de
269 Araújo, representante de Associações, que solicitou a separação entre os debates sobre o
270 Plano de Ação e o Plano Municipal de Saneamento Básico, alertando para a sobreposição de
271 reuniões e prejuízo na qualidade do debate; em seguida, com a palavra, a Sra. Elisabete
272 França, Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, que explicou a estrutura
273 das oficinas com divisão em quatro grupos temáticos e destacou a importância do grupo de
274 saneamento, devido à alta demanda registrada na Conferência das Cidades; em seguida, com a
275 palavra, o Sr. José André de Araújo, que relatou a baixa representatividade popular nos grupos
276 de meio ambiente nas conferências anteriores e pediu a realização de oficinas exclusivas para
277 o tema; em resposta, com a palavra, a Sra. Elisabete França, Presidente do CMPU, afirmou que
278 houve ampla participação popular nas conferências e que os relatórios serão compartilhados;
279 em seguida, com a palavra, o Sr. Fábio Benini Cabral, ex-Conselheiro da Macrorregião Centro,
280 que questionou sobre a inclusão das Subprefeituras e seus Núcleos de Planejamento Urbano
281 no processo de elaboração do Plano; em resposta, com a palavra, a Sra. Elisabete França,
282 Presidente do CMPU, informou que houve reunião com todas as Subprefeituras, convocada
283 pelo Secretário Fabrício Cobra, para apresentar o processo e fortalecer a atuação das equipes
284 locais; em seguida, com a palavra, o Sr. Fábio Benini Cabral, que reforçou a necessidade de
285 atenção às dinâmicas do centro expandido e propôs maior integração entre os diversos



286 Conselhos que atuam no território central; em resposta, com a palavra, a Sra. Elisabete França,
287 Presidente do CMPU, que acolheu a sugestão e propôs discussão temática sobre o centro
288 urbano com participação de todos os atores envolvidos;
289 em seguida, com a palavra, o Sr. André Guilherme Lemos Jorge, que propôs a criação de um
290 Grupo de Trabalho sobre participação social, para discutir e construir metodologias adequadas
291 de escuta e representação; em resposta, com a palavra, a Sra. Elisabete França, Presidente do
292 CMPU, que acatou a proposta e sugeriu a formação do grupo após as eleições do CMPU, com
293 possibilidade de substituição dos Representantes conforme a nova composição; em seguida,
294 com a palavra, o Sr. Carlos Alberto, Suplente do Conselho Municipal da Pessoa com
295 Deficiência, que propôs um debate específico sobre inclusão e acessibilidade nas 32
296 Subprefeituras, com atenção à logística e às necessidades específicas do público-alvo; em
297 seguida, com a palavra, o Sr. Guilherme Iseri de Brito, que respondeu às questões sobre
298 sistematização das contribuições das audiências públicas e explicou que as propostas extraídas
299 do Orçamento Cidadão serão utilizadas como subsídio para as oficinas, e que haverá estrutura
300 para produção coletiva de propostas nos territórios, com apoio das Subprefeituras; em
301 seguida, com a palavra, a Sra. Maria Gabriela, Secretária Executiva do CMPU, que informou
302 que será enviado e-mail aos Conselheiros para que manifestem interesse em compor o GT de
303 participação social até a quarta-feira seguinte, e que o grupo será instituído por Portaria após
304 aprovação; em seguida, com a palavra, o Sr. Carlos Alberto, que solicitou a inclusão da pauta
305 de acessibilidade nas discussões do GT; em seguida, com a palavra, a Sra. Maria Gabriela,
306 Secretária Executiva do CMPU, que conduziu votação sobre a criação do GT, sendo aprovado
307 por unanimidade; em seguida, com a palavra, a Sra. Maria Gabriela, Secretária Executiva do
308 CMPU, que anunciou o próximo item de pauta: apresentação e debate da proposta do
309 Programa de Metas, com participação das Representantes da Secretaria Municipal de
310 Habitação – SEHAB e da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL; em
311 seguida, com a palavra, a Sra. Maria Gabriela de Oliveira Diniz, Secretária Executiva do
312 Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, que agradeceu ao Sr. Guilherme Iseri de Brito
313 e solicitou ao Sr. Fernando Gasperini a conclusão do ponto discutido, informando que,
314 conforme sugestão do Conselheiro André Guilherme Lemos Jorge, Representante do Conselho
315 Participativo Municipal – CPM, será aberto prazo para que os Representantes indiquem os
316 nomes dos interessados em compor o Grupo de Trabalho sobre participação social e
317 metodologia; em sequência, informou que o e-mail institucional
318 maseocmpu@prefeitura.sp.gov.br será utilizado para recebimento das indicações até a quarta-
319 feira seguinte, e que será encaminhada comunicação oficial aos Conselheiros; em seguida,
320 afirmou que, após o recebimento das indicações, será proposta resolução para formalização
321 do GT, com posterior instituição por Portaria; em seguida, com a palavra, o Sr. Carlos Alberto,
322 Representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPD, que solicitou que o
323 GT inclua discussões sobre inclusão e acessibilidade, propondo a realização de reunião
324 específica para tratar do tema; em seguida, com a palavra, a Sra. Maria Gabriela de Oliveira
325 Diniz, Secretária Executiva do CMPU, que deu prosseguimento à deliberação, consultando os
326 presentes sobre oposição à criação do GT; não havendo manifestações contrárias, declarou a
327 aprovação unânime da proposta, registrando o compromisso de enviar o e-mail de convocação
328 e destacando o prazo para manifestação dos Conselheiros; em seguida, anunciou o
329 encerramento do segundo item da pauta e agradeceu ao Sr. Guilherme Iseri de Brito e ao Sr.
330 Fernando Gasperini pelo apoio técnico, informando que entrarão em contato com os mesmos
331 conforme necessário; em seguida, anunciou o início do terceiro item da pauta, referente à
332 apresentação e debate da proposta do Programa de Metas, com continuidade da reunião
333 anterior; em sequência, informou a presença de Representantes da Secretaria Municipal de



334 Habitação – SEHAB e da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, e
335 concedeu a palavra à Sra. Vanessa Padia, Diretora de Projetos da SEHAB, para apresentação;
336 com a palavra, a Sra. Vanessa Padia, que iniciou sua exposição mencionando os principais
337 projetos em andamento, destacando que as metas de produção habitacional, como as 40.000
338 habitações previstas, já estão em desenvolvimento pela Diretoria de Obras da SEHAB e pela
339 Cohab, além de outras intervenções urbanas; em seguida, ressaltou que a urbanização e a
340 canalização de córregos são ações integradas, conforme exigência legal para regularização
341 fundiária, apresentando os casos do Córrego Antonico, no Paraisópolis, e do Córrego Colombo,
342 com detalhamento das etapas e dos elementos de infraestrutura associados, como aduelas,
343 áreas de lazer e equipamentos acessíveis; em sequência, abordou ações de revitalização dos
344 empreendimentos antigos da Cohab, como os Conjuntos Singapura, detalhando melhorias em
345 telhados, redes hidráulicas, elétricas, pintura de fachadas e acessibilidade nas áreas comuns;
346 em seguida, destacou os esforços para garantir a acessibilidade em playgrounds e
347 equipamentos públicos, visando atender pessoas com deficiência; em seguida, com a palavra,
348 a Sra. Maria Gabriela de Oliveira Diniz, Secretária Executiva do CMPU, que informou que os
349 primeiros inscritos para o debate eram os Conselheiros André Guilherme Lemos Jorge,
350 Representante do Conselho Participativo Municipal – CPM, Durval Tabach, Representante da
351 Sociedade Civil, José André de Araújo, Representante do Conselho Participativo Municipal –
352 CPM, e Sandra Ramalho, Representante da Mitra Arquidiocesana de São Paulo – MITRA,
353 consultando os presentes sobre a preferência pela continuidade da apresentação da SMUL ou
354 abertura imediata para o debate; com a palavra, o Sr. André Guilherme Lemos Jorge, que
355 parabenizou o esforço da equipe da SEHAB, mas solicitou contextualização dos dados
356 apresentados, ressaltando a necessidade de linha de base, histórico da produção habitacional,
357 proporção atendida em relação à demanda do Município e indicadores de impacto, em
358 conformidade com as recomendações metodológicas da Rede Nossa São Paulo; destacou
359 ainda a diferença entre ações de canalização e regularização fundiária, solicitando que os
360 documentos incluam tais distinções para qualificar o debate público e a prestação de contas à
361 sociedade civil; com a palavra, a Sra. Maria Carolina, Assessora Técnica de Gestão da Secretaria
362 Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, que cumprimentou os presentes e
363 esclareceu que sua área é responsável pelo acompanhamento das ações do Plano de Metas da
364 referida Secretaria; em sequência, informou que a SIURB possui 24 metas diretas e 2
365 compartilhadas na versão preliminar do plano, totalizando 26 metas associadas a
366 aproximadamente 60 empreendimentos; na continuidade, destacou que algumas metas
367 contemplam múltiplas obras e detalhou a meta 11, que prevê a realização de obras de
368 canalização de córregos e contenção de encostas em 14 áreas prioritárias do Plano Municipal
369 de Redução de Riscos – PMRR, sendo 4 canalizações e 10 contenções; a previsão é de que os
370 editais sejam publicados até o final de 2025, com início das obras entre o final de 2025 e o
371 início de 2026; esclareceu que as entregas estão previstas para os anos de 2026, 2027 e 2028;
372 adiantou que outras intervenções, não incluídas nesse lote inicial, podem estar contempladas
373 no PMRR, mas não fazem parte do escopo do Plano de Metas;
374 em seguida, passou à meta 12, que trata da entrega de 8 piscinões e do início da construção de
375 outros 6 entregas correspondem a obras em andamento, com diferentes níveis de
376 interferência e necessidade de gestão do cronograma; exemplificou com o Reservatório Perus,
377 que apresentou 98% de capacidade de armazenamento durante chuvas recentes, com avanço
378 físico entre 70% e 75%; destacou ainda os reservatórios Mordoece Carlos Caldeira, com
379 aproximadamente 70% de execução; Antonico 2, com 25%; Lapena, com 15%; Carumbé, entre
380 20% e 30%; e Mooca 2, recentemente iniciado, com 10% a 12%; acrescentou que os demais
381 reservatórios – Paraguai Éguas, Gaivota Ibjau, Moema e Rio Verde – estão em fases iniciais ou

382 em processo de licitação, com índices de execução física entre 5% e 10%; em sequência, tratou
383 da meta 14, referente ao início da operação do BRT Aricanduva; esclareceu que essa etapa
384 envolve a Secretaria Municipal de Transportes – SMT, devido à natureza operacional da
385 intervenção; relatou que o processo licitatório da obra, financiada pelo Banco Mundial,
386 encontra-se em fase final de análise e que, após deliberação, poderá haver a assinatura do
387 contrato; com a palavra, prosseguiu abordando a meta 15, relativa à operação do trecho 1 do
388 BRT Radial Leste, informando que esse trecho contempla três lotes, sendo que apenas o lote 1
389 está em obra; esclareceu que os lotes 2 e 3 ainda não receberam ordem de início, uma vez que
390 dependem de tratativas financeiras para viabilização; finalizou alertando que a execução
391 simultânea dos três lotes pode causar grande impacto viário na região, motivo pelo qual a
392 gestão das ordens de serviço está sendo conduzida com cautela;
393 em sequência, a Sra. Maria Carolina de Oliveira Borges, Assessora Técnica de Gestão da
394 Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, informou que o trecho 2 do
395 Corredor BRT Radial Leste tem previsão de publicação do edital de licitação da obra nos
396 próximos dois meses, com intenção de lançamento até setembro, seguido do desenvolvimento
397 do projeto executivo; com a palavra, a Sra. Maria Carolina deu início à apresentação da meta
398 18, relativa ao Corredor Amador Bueno, obra em andamento com avanço considerável e
399 previsão de entrega para 2026, excetuando-se o Corredor Interlagos, cuja execução deve se
400 estender além desse prazo devido à complexidade viária e à escassez de alternativas na região;
401 prosseguindo, abordou a meta 19, correspondente ao Corredor Imirim, com obra em
402 andamento e entrega prevista para 2026; o mesmo se aplica ao Corredor Itapeceira, também
403 em andamento e com conclusão esperada para 2026; o Corredor Interlagos, embora em
404 execução, apresenta maior grau de interferência e risco de extrapolação do cronograma;
405 em sequência, relatou sobre o Terminal Itaquera, cuja primeira fase já foi entregue, e a
406 segunda encontra-se em andamento; o Terminal Itaim Paulista teve recentemente iniciada a
407 fase de projeto, enquanto o novo Terminal Perus, objeto da meta 25, aguarda definição
408 quanto à sua responsabilidade, se permanecerá com a SIURB ou será transferido para outra
409 pasta, como a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito – SMT ou a São Paulo Transporte
410 S.A. – SPTrans; a meta 30, referente ao Viário Carlos Caldeira, também está em execução, com
411 previsão de término em abril de 2028; apesar das constantes interferências que desafiam sua
412 execução; o Túnel Cecília Lottenberg, prolongamento da Avenida Doutor Chucri Zaidan, é
413 outro empreendimento em fase inicial de execução, classificado como de grande impacto; em
414 complemento, apresentou informações sobre o prolongamento da Avenida Jornalista Roberto
415 Marinho, obra de grande porte cujo projeto foi reestruturado, resultando em uma redução de
416 37% no custo estimado em relação à versão anterior, com melhorias incorporadas em
417 iluminação, segurança, WI-FI e comunicação visual; em seguida, tratou da meta 37, que
418 compreende a entrega da segunda fase e o início da terceira fase do Corredor Santo Amaro,
419 sendo a segunda fase prevista para 2025 e a terceira para 2026; a meta 38 refere-se à
420 requalificação do Boulevard Presidente Juscelino Kubitschek – JK, cujo projeto está sendo
421 elaborado pela São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo, ainda sem diretrizes conclusivas;
422 a meta 39 trata do alargamento da Rua Ribeirão Claro, atualmente em fase de estudo e
423 contratação de projetos básicos e executivos, com impacto direto em bairros como Vila
424 Olímpia, Moema e Itaim Bibi; na meta 40, o sistema de interligação da Avenida Sena
425 Madureira está em fase de estudo de alternativas, diante de diversas manifestações sobre o
426 projeto original; a intervenção José Ares Todemo Pinotti, embora de pequena extensão, possui
427 alto impacto, com previsão de reduzir o tempo de circulação local de 40 para 10 minutos; a
428 Ligação Viária Pirituba–Lapa segue em execução; na meta 43, iniciou-se o prolongamento da
429 Avenida Marquês de São Vicente, com o projeto sendo elaborado pela SP-Urbanismo; a



430 entrega do Calçadão do Triângulo e o início das obras do Quadrilátero Central foram
431 mencionados como partes do plano, com o Triângulo previsto para 2026 e o Quadrilátero já
432 em execução; quanto à viabilização do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, aguarda-se a definição
433 do órgão competente quanto à sua atribuição; com a palavra, o conselheiro Sr. Durval Nicolau
434 Tabach, representante da sociedade civil, agradeceu a exposição detalhada, lembrou que
435 essa apresentação foi solicitada pelo Conselho Municipal de Política Urbana – o CMPU para
436 tratar especificamente das obras de grande porte do eixo “Universo SP”, e sugeriu que o
437 colegiado elabore um parecer técnico sobre o Programa de Metas, conforme previsto no Plano
438 Diretor Estratégico, ressaltando a importância do papel do Conselho na análise crítica das
439 propostas e na devolutiva qualificada ao Poder Público; em sua despedida, agradeceu pelos
440 quatro anos de participação no CMPU, destacou a importância da articulação entre
441 conselheiros e incentivou os novos membros a compreenderem as matérias tratadas, fazendo
442 valer seu direito de questionamento e participação efetiva; em seguida, convidou os presentes
443 a participarem do InterCPM – Grupo de Articulação dos Conselhos Participativos Municipais,
444 bem como do grupo da sociedade civil do CMPU, ressaltando a importância da articulação e do
445 espírito de colegiado para o fortalecimento das ações do Conselho; com a palavra, a
446 Presidente do CMPU, Sra. Elisabete França, agradeceu a participação do Conselheiro Durval,
447 destacando suas contribuições ponderadas ao longo dos anos; na sequência, com a palavra, o
448 Conselheiro Sr. José André de Araújo, representante das associações, registrou críticas à
449 ausência de informações básicas nas apresentações, como regime de contratação, valores
450 empenhados e liquidados, fase das obras e número do processo SEI, o que, segundo ele,
451 compromete o papel fiscalizador do Conselho; solicitou a reapresentação das informações com
452 os devidos complementos e alertou sobre a responsabilidade dos conselheiros no exercício de
453 suas funções; comentou ainda deficiências em obras visitadas, como nas Avenidas Amador
454 Bueno da Veiga, Itaquera e Teotônio Vilela, onde observou problemas de acessibilidade e
455 sinalização, questionando a efetiva existência de algumas intervenções; em seguida, com a
456 palavra, o Conselheiro Sr. André Guilherme Lemos Jorge, representante do Conselho
457 Participativo Municipal – CPM, parabenizou o trabalho da equipe técnica, mas manifestou
458 preocupação com a ausência de critérios claros na alocação de recursos e na definição das
459 obras, ressaltando a carência de indicadores para o acompanhamento do Programa de Metas;
460 propôs a criação de um Grupo de Trabalho de Gestão Executiva da Sociedade Civil para
461 elaborar contribuições e formalizar posicionamentos; em sequência, com a palavra, a
462 Conselheira Sra. Heloísa Amado, representante do Conselho Brasileiro de Construção
463 Sustentável – CBCS, elogiou a apresentação da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e
464 Obras – SIURB; com a palavra, a Conselheira Sra. Sandra Ramalho, representante da Mitra
465 Arquidiocesana de São Paulo – MITRA, relatou dificuldades enfrentadas por pedestres,
466 especialmente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em áreas com obras em
467 andamento, como nas Avenidas Interlagos, Santo Amaro e Vergueiro; criticando a ausência de
468 rotas alternativas; sugeriu que todas as obras incluam um plano B de acessibilidade para
469 garantir a circulação segura durante as intervenções; na sequência, registrou-se a
470 manifestação de uma Conselheira não identificada nominalmente, que reforçou as
471 observações da Conselheira Sra. Sandra Ramalho sobre os impactos negativos das obras em
472 andamento, especialmente para pedestres e na gestão de resíduos; destacou-se a recorrência
473 de entulhos deixados nas vias e calçadas, agravando a situação em locais com feiras livres, e a
474 deficiência na sinalização viária, afetando pedestres e veículos; solicitou esclarecimentos sobre
475 as medidas adotadas pela SIURB quanto à gestão e redução de resíduos gerados nas obras, em
476 consonância com as metas municipais de diminuição de gases de efeito estufa; questionou
477 ainda se há estudos comparativos sobre a implantação do Parque Minhocão com e sem a



478 manutenção da estrutura atual, a fim de subsidiar o debate público e a tomada de decisão
479 futura; na sequência, com a anuência dos presentes, concedeu-se a palavra ao Sr. Fábio Benini
480 Cabral, ex-Conselheiro da Macrorregião Centro, que não integra o colegiado; destacou a
481 ausência de metas relacionadas à poluição sonora no programa apresentado, mencionando
482 dados de elevada demanda por fiscalização via 190 e Programa Silêncio Urbano – PSIU, e
483 sugeriu a ampliação do programa e a valorização da carreira de fiscalização; pontuou ainda a
484 ausência de metas relacionadas à criação de agência reguladora para concessões municipais e
485 à participação social nos processos decisórios, criticando a fragilidade da gestão democrática
486 nas Parcerias Público-Privadas – PPPs e concessões existentes; em sua despedida, agradeceu o
487 acolhimento dos colegas conselheiros e defendeu a escuta ativa às demandas sociais
488 representadas por cada Conselheiro; em seguida, a Conselheira Sra. Beatriz Ferreira dos
489 Santos, representante do setor empresarial, também em despedida, agradeceu pelas trocas e
490 solicitou confirmação de que a Meta 40 (Túnel Sena Madureira) passará por revisão da solução
491 de engenharia e atualização dos estudos de impacto, conforme sugestões encaminhadas via
492 plataforma Participe+; na sequência, com a palavra, a Conselheira Sra. Renata Esteves
493 Carvalho, representante de associação de bairro, questionou a efetividade do papel do CMPU,
494 destacando que sua função legal e constitucional é exercer controle social sobre o
495 planejamento urbano desde sua formulação, e não apenas convalidar decisões já tomadas;
496 criticou a recorrente ausência de resposta a requerimentos da sociedade civil, a falta de
497 efetividade de grupos de trabalho criados e o desrespeito às propostas da sociedade civil na
498 revisão do regimento interno; com a palavra, o Conselheiro Sr. Durval Nicolau Tabach, que
499 retomou a fala para ressaltar a ausência de justificativas técnicas ou urbanísticas que
500 embasem a seleção das obras incluídas no Programa de Metas; sugeriu que uma eventual nova
501 apresentação traga uma sistematização dessas intervenções com base em mapas e referências
502 aos planos urbanísticos existentes (como o Plano Diretor, PlanMob, Planos Regionais, entre
503 outros), a fim de promover maior compreensão e transparência sobre as prioridades e
504 diretrizes adotadas; em seguida, com a palavra, a Conselheira Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta,
505 representante da Sociedade Amigos do Planalto Paulista – SAPP, cumprimentou a todos e
506 informou que também é Conselheira há quatro anos, cujo mandato se encerra, sendo
507 substituída por novos representantes das associações de moradores; lamentou que, apesar de
508 dar boas-vindas aos que estão iniciando sua participação, este é um Conselho que “não tem
509 ouvidos”; declarou que, durante sua gestão, não foi ouvida pela Administração, questionando
510 o motivo da resistência à escuta das contribuições feitas; afirmou que os Conselheiros
511 participaram, nesse período, de uma “farsa da participação popular”, tão grave que se estende
512 por toda a Administração Pública; citou, como exemplo, a ausência de fiscalização,
513 especialmente em relação à questão do ruído, corroborando a fala anterior do Sr. Fábio Benini
514 Cabral; disse poder comprovar que as Subprefeituras e seus fiscais não atuam, inexistindo
515 fiscalização na cidade, nem mesmo para as situações mais elementares nos bairros; de dez
516 casos de uso irregular no bairro que representa desde 2023 e, em dois anos, nenhuma ação
517 fiscal foi cumprida; pontuou que, diante disso, tudo o que está errado vem sendo aplaudido
518 pela Administração; destacou que os cidadãos que pagam impostos e buscam melhorar a
519 cidade estão sendo prejudicados, enquanto os infratores são premiados por usarem o
520 território urbano de forma incorreta; questionou à Sra. Maria Gabriela de Oliveira Diniz,
521 Secretária Executiva do CMPU, para quem se destina o planejamento urbano, afirmando que
522 as obras em execução não são prioritárias do ponto de vista dos moradores; declarou ser
523 arquiteta e urbanista, e ter trabalhado na Prefeitura por 25 anos; apontou que o rol de obras
524 apresentado não contribui qualitativamente com o território urbano e que, embora se fale em
525 sustentabilidade e exista um Plano Diretor, não se observam tais princípios nas obras nem na

526 fiscalização; reiterou que fiscalizar essas obras é praticamente impossível, pois não se sabe
527 como são escolhidas e eleitas; reforçou, com base na fala da Sra. Renata Esteves Carvalho, que
528 a execução das obras carece de acompanhamento claro por parte da população; questionou a
529 ausência de detalhamento sobre prazos, orçamento, empresas contratadas e metas
530 específicas nos territórios mencionados; reforçou que a falta de informação compromete o
531 controle social e solicitou que a SIURB disponibilize os dados por distrito, garantindo maior
532 transparência; afirmou que os Conselhos Participativos Municipais estão à disposição para
533 contribuir com o acompanhamento das ações, desde que as informações sejam
534 disponibilizadas de forma acessível; destacou que a população da região leste sente-se
535 frequentemente invisibilizada no planejamento urbano da cidade; concluiu agradecendo o
536 espaço e reforçando o compromisso com a defesa do direito à cidade e ao planejamento
537 participativo. a população local ainda aguarda definição sobre a implementação na Macro
538 Leste 2; em sequência, elogiou a iniciativa implementada na Cidade Tiradentes, reconhecendo
539 os esforços da equipe da São Paulo Urbanismo, e reiterou a importância de atenção às
540 unidades no Itaim e no Lajeado; prosseguiu questionando se havia algum representante da São
541 Paulo Urbanismo presente e solicitou retorno acerca da situação do CEU Jambeiro, relatando
542 que a demanda havia sido encaminhada por uma colega da Sra. Maria Carolina, Assessora
543 energético da cidade e estabelece diretrizes para ações de mitigação e adaptação às mudanças
544 climáticas; mencionou também o Plano Municipal de Mobilidade Urbana – PlanMob,
545 elaborado com ampla participação social, que orienta investimentos em mobilidade ativa,
546 transporte público e integração intermodal; citou o Plano Diretor Estratégico – PDE como eixo
547 central do planejamento urbano, ressaltando que todas as metas apresentadas estão
548 alinhadas com esses instrumentos legais e técnicos; reforçou que os planos mencionados são
549 debatidos com a sociedade e passam por processos formais de aprovação, o que garante
550 legitimidade às metas definidas; concluiu afirmando que a Prefeitura está aberta ao diálogo e à
551 escuta das contribuições do CMPU, ressaltando que o planejamento participativo é um
552 compromisso da atual gestão e que o Conselho tem papel fundamental na qualificação das
553 propostas e no monitoramento das ações implementadas. de materiais e ao qual todas as
554 obras da Prefeitura estão vinculadas; mencionou, ainda, o Plano de Drenagem, apresentado
555 pela Sra. Antônia, representante da SIURB, cujas obras seguem as prioridades nele
556 estabelecidas; mencionou, ainda, o Plano de Drenagem, apresentado pela Sra. Antônia,
557 representante da SIURB, cujas obras seguem as prioridades nele estabelecidas; citou o Plano
558 de Mobilidade, que orienta as ações executadas pela SIURB e pela São Paulo Obras, incluindo
559 os corredores da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito – SMT, que também
560 desenvolve projetos com base no Plano Cicloviário, sendo estes financiados com recursos do
561 Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB; em seguida, esclareceu que todas as obras
562 estão atreladas a planos existentes, conforme apresentado no Plano de Metas; em sequência,
563 abordou os cronogramas e explicou que, conforme exposto pelo Sr., José André de Araújo,
564 representante de associações, as obras da Prefeitura são submetidas a processos licitatórios,
565 os quais contemplam valores, cronogramas e demais exigências previstas nas legislações de
566 licitações, notadamente a Lei nº 8.666; reforçou que a consulta ao sistema eletrônico de
567 informações – SEI permite o acompanhamento das informações pertinentes, sendo uma
568 sugestão válida para garantir transparência; reiterou que o conteúdo apresentado
569 corresponde ao solicitado pela Sra., Silvia, Conselheira, e que é possível disponibilizar dados
570 mais precisos, conforme pontuado pelo Sr., José André de Araújo; com a palavra novamente, a
571 Presidente esclareceu que os territórios educadores estão em execução, sendo
572 responsabilidade da São Paulo Urbanismo, encontrando-se atualmente em fase de finalização
573 de projeto e início de obras; mencionou que, além dos dois localizados na Cidade Tiradentes,



574 verificou-se junto ao FUNDURB que os recursos estão devidamente disponibilizados; reforçou
575 que a meta de entrega de dez desses espaços é da Secretaria Municipal de Urbanismo e
576 Licenciamento – SMUL e da São Paulo Urbanismo, e não da SIURB; sugeriu que, ao retomar
577 apresentações anteriores já disponibilizadas, verifica-se a conexão das metas com os planos
578 existentes; em relação à fiscalização, respondeu à Sra., Lucila Falcão Pessoa Lacreta,
579 representante da Sociedade Amigos do Planalto Paulista – SAPP, que há fiscais na cidade,
580 embora em número possivelmente inferior ao necessário; informou que a Subprefeitura
581 celebrou recentemente contrato via edital e contratou 200 novos fiscais, que estarão nas ruas
582 para atender às demandas; sobre o Elevado Presidente João Goulart – Minhocão, em réplica à
583 Sra., Carolina Venture, informou que não há decisão da Prefeitura, sendo este um tema ainda
584 em fase inicial de escuta ativa, e que qualquer ação dependerá da escuta de todos os agentes
585 envolvidos na região; declarou não haver definição concreta para apresentação; finalizou
586 relatando que a SMUL firmou há um mês convênio com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas –
587 IPT para a elaboração do mapa de ruídos da cidade de São Paulo; destacou que, diante das
588 questões apresentadas, há avanços sendo realizados, e que o CMPU evolui com o apoio e a
589 atuação dos Conselheiros; reforçou que, embora decisões nem sempre reflitam todas as
590 vontades individuais, estas são tomadas democraticamente pela maioria; mencionou os
591 diversos conselhos em atuação vinculados à SMUL, ressaltando a amplitude da participação
592 social e os espaços de proposição existentes; concluiu destacando que, apesar de
593 manifestações de desrespeito por parte de alguns Conselheiros durante sua fala, mantém
594 postura respeitosa, reafirmando seu compromisso com a civilidade e a democracia; em
595 sequência, tratou do planejamento municipal; destacou que o decreto impõe que a então
596 Sepep, atualmente incorporada à Seplan, realize ao menos uma etapa de integração entre o
597 Plano de Metas e o PDE, além de outros planos regionais e de bairro; relatou que os trabalhos
598 iniciaram-se em setembro do ano anterior, com a análise dos objetivos, diretrizes e ações do
599 PDE, sendo estas organizadas tematicamente e associadas aos ordenamentos territoriais e
600 instrumentos definidos na lei; prosseguindo, apresentou uma das tabelas desenvolvidas no
601 processo, contendo análises temáticas, cruzamentos entre secretarias, ações e planos
602 relacionados, além de associações com macroáreas e áreas de risco geológico; explicou que,
603 na etapa atual, trabalha-se em parceria com a Seplan para revisar temas e ações, tanto do PDE
604 quanto do PPA e do Programa de Metas, promovendo uma análise de compatibilização e
605 aprimoramento dos dados e de suas respectivas classificações; em sequência, destacou que,
606 embora nem todas as metas do Programa de Metas estejam diretamente relacionadas com
607 políticas urbanas, muitas ações estratégicas apresentam conexão com o PDE; exemplificou
608 metas que, ainda que não sejam de ordenamento territorial, como contratação de pessoal ou
609 modernização de serviços, não se opõem à política urbana, mas transcendem seu escopo;
610 apontou que os temas dos programas “Universo Sampa” e “Viver São Paulo” possuem relação
611 mais direta com o PDE, ao passo que outras áreas, como “Cidade Empreendedora” e “Capital
612 do Futuro”, demandam análise caso a caso; comentou sobre a diversidade terminológica no
613 PDE, onde nem sempre os artigos seguem definições clássicas de planejamento estratégico;
614 explicou que, para padronizar a análise, foram consideradas como diretrizes e objetivos
615 apenas aquelas expressamente assim denominadas, enquanto ações foram mapeadas mesmo
616 que não descritas nominalmente como tal; citou exemplos, como o artigo que trata da
617 elaboração de plano estratégico de gestão de imóveis, classificado como ação mesmo sem tal
618 designação explícita; complementando, ressaltou que o Plano Diretor Estratégico – PDE
619 abrange também ações não vinculadas diretamente ao território, como aquelas voltadas à
620 proteção de públicos específicos e agendas transversais, a exemplo das políticas de
621 acolhimento às mulheres; explicou que a análise permitiu identificar metas do Programa de

622 Metas com aderência parcial ou total ao PDE, como no caso da meta de entrega de nova casa
623 de passagem, diretamente ligada ao capítulo de equipamentos do Plano Diretor, enquanto
624 outras, como o modelo de avaliação de satisfação de usuárias, embora relevantes, não
625 possuem correspondência direta com o PDE; esclareceu que o trabalho não discute os
626 indicadores do Programa de Metas, mas sim a compatibilidade temática das ações com o PDE;
627 sugeriu que a análise de indicadores poderia representar uma nova camada analítica futura,
628 ainda que o PDE não traga indicadores expressos; apresentou exemplos de compatibilizações,
629 como a entrega e requalificação de parques vinculadas aos artigos 7º, 195, 268 e 288 do PDE;
630 mencionou ainda ações como a entrega de casas de passagem, abertura de escolas
631 tecnológicas e metas climáticas, todas com respaldo parcial ou total no PDE; finalizou
632 informando que as próximas etapas envolvem a continuidade da análise com outros planos,
633 como planos regionais, setoriais, ambientais e legislação correlata, como os Planos Verdes,
634 Estudos de Impacto Ambiental – EIA, Projetos de Intervenção Urbana – PIUs e outras normas
635 que integram o sistema de planejamento urbano; agradeceu a atenção; em seguida, com a
636 palavra, a Sra., Maria Gabriela Camollez Florio, Secretária Executiva do Conselho Municipal de
637 Política Urbana – CMPU, comunicou a abertura das inscrições para falas, solicitando que todos
638 utilizassem o microfone, tanto para garantir a transparência da transmissão ao vivo no canal
639 oficial da Prefeitura no YouTube, quanto para assegurar o registro completo da reunião para
640 elaboração da ata; informou que as falas seriam iniciadas pelo Sr., José André de Araújo,
641 seguidas pelo Sr., José Eduardo Trindade Canejo; ressaltou ainda que o Sr., Zildo havia
642 solicitado um espaço para manifestação ao final da reunião; com a palavra, o Sr., Guilherme
643 Iseri de Brito, Diretor da Divisão de Articulação Intersetorial da Coordenadoria de
644 Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, reiterou
645 que o trabalho de compatibilização entre o Plano Diretor e o Programa de Metas está em
646 constante desenvolvimento, sendo as contribuições sempre bem vindas; agradeceu os elogios
647 recebidos e reconheceu o esforço coletivo para a construção do material apresentado; com a
648 palavra, o Sr., José Eduardo Trindade Canejo, representante do Conselho Participativo
649 Municipal da Macrorregião Sul 1, parabenizou a apresentação, mas questionou a legalidade da
650 Meta 40 do Programa de Metas, argumentando que a mesma não estaria em conformidade
651 com os dispositivos legais, incluindo o Plano Diretor e outras legislações vigentes; apontou que
652 a meta implicaria a destruição de corredor verde, remoção de ciclovia recém-implantada,
653 impedimento de corredor de ônibus e remoção de comunidades, sem criação de conselho
654 gestor e sem justificativa técnica baseada em legislação atual; expressou indignação quanto à
655 ausência de participação popular efetiva na definição da meta e afirmou que, nas reuniões
656 realizadas, a população se manifestou de forma contrária à obra; questionou, por fim, quais
657 seriam os critérios legais utilizados pela Prefeitura para sustentar a Meta 40, considerando a
658 falta de atualidade da base normativa mencionada, datada de 2014; em réplica, o Sr.,
659 Guilherme Iseri de Brito esclareceu que a Meta 40 está respaldada em demarcação constante
660 do Mapa 8 do Plano Diretor de 2014, que prevê ações no sistema viário na região da Avenida
661 Sena Madureira; afirmou que, embora o plano não detalhe a intervenção específica, a
662 localização da ação está contemplada desde então e foi ratificada na revisão de 2023;
663 reconheceu, contudo, a importância da discussão trazida pela população e informou que o
664 tema está sendo reavaliado conforme as manifestações ocorridas; em seguida, manifestou-se
665 um Conselheiro que não se identificou nominalmente, parabenizando a apresentação e
666 destacando a relevância do cruzamento entre o PDE e o Programa de Metas; sugeriu o
667 aprimoramento da análise a partir da incorporação de indicadores desenvolvidos em grupos
668 de trabalho do Sistema de Monitoramento do Plano Diretor Estratégico – SimpDE, como
669 aqueles referentes a áreas de interesse cultural, entrevistas de preservação e corredores



670 verdes; destacou a importância de se construir diagnósticos claros e justificativas objetivas
671 para alterações urbanísticas, citando como exemplo a falta de fundamentação para alterações
672 no coeficiente de aproveitamento, recuos e outras medidas previstas no PDE; prosseguiu
673 destacando que o planejamento urbano deve considerar os interesses da população, conforme
674 preconizado pelo princípio de que a lei traduz os interesses sociais em direitos; criticou metas
675 que carecem de efetividade, como a Meta 114, que pretende ampliar serviços online,
676 apontando falhas no sistema 156 e ausência de ferramentas adequadas para denúncias;
677 apontou também a Meta 118, relativa ao acesso à informação pública e participação social,
678 como exemplo de meta que, apesar de sua pertinência, não tem sido implementada de forma
679 eficaz, dificultando o acesso a dados como alvarás e outras autorizações; reiterou a
680 necessidade de que as metas sejam acompanhadas de indicadores, diagnósticos e justificativas
681 que garantam sua credibilidade e legitimidade; em sequência, com a palavra, o Sr., José André
682 de Araújo, representante da União dos Movimentos de Preservação da Moradia e do
683 Ambiente – UMPMA e do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Oeste, abordou a
684 importância da gestão democrática e do controle popular na formulação das metas,
685 ressaltando que temas com impactos abrangentes, como o caso do Elevado Presidente João
686 Goulart – Minhocão, extrapolam a dimensão territorial e devem ser objeto de consulta pública
687 ampla, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 111; argumentou que o Minhocão é
688 um tema que impacta diversos territórios da cidade, não devendo ser tratado apenas como
689 questão local; reforçou que a legitimidade das metas depende da escuta da população e da
690 observância dos preceitos legais e constitucionais aplicáveis à gestão urbana; prosseguiu
691 destacando a importância da apresentação dos relatórios dos trabalhos dos conselhos, como o
692 Conselho de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – CPDE e o CMPU, para alicerçar as
693 discussões; mencionou que o último concurso para agentes vistoristas ocorreu em 2002, o que,
694 segundo ele, reflete uma decisão política de não realizar novos concursos, comprometendo a
695 fiscalização territorial, exemplificando com a situação de Parelheiros, que possui quase um
696 quinto do território de São Paulo, mas conta com apenas cinco agentes vistoristas; abordou as
697 mudanças na legislação de licitações, citando a substituição da Lei nº 8.666/1993 pela Lei nº
698 14.073/2020, que introduziu a possibilidade de contratação integrada, permitindo a dispensa
699 dos projetos básico e executivo; ressaltou a necessidade de, ao menos, apresentar o estudo
700 preliminar nas exposições, bem como informações como empenho, andamento da obra e
701 número de aditivos, defendendo maior transparência nas políticas públicas e o monitoramento
702 das metas do PDE; em seguida, criticou a forma como os dados são apresentados,
703 reivindicando que as apresentações tragam informações técnicas e orçamentárias claras, que
704 possibilitem avaliar a efetividade das políticas públicas; destacou ainda que a construção das
705 metas do PDE não contou com a participação efetiva do CMPU, e sugeriu a criação de uma
706 comissão permanente para acompanhar as próximas formulações, garantindo a participação
707 efetiva do Conselho; reforçou também a importância de integrar os Conselhos Participativos
708 Municipais – CPMs ao processo e de adequar a terminologia utilizada, citando a substituição
709 do termo “assentamentos precários” por “núcleo informal consolidado”, conforme a Lei nº
710 13.465/2017, afirmando que a Prefeitura continua a usar nomenclatura ultrapassada,
711 destoando da legislação municipal vigente; concluiu destacando a necessidade de ouvir a
712 população nas obras de grande impacto, conforme previsto no PDE e no Estatuto da Cidade, e
713 agradeceu a atenção; em seguida, com a palavra, o Conselheiro Marcelo de Souza,
714 representante do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Leste 1, que iniciou sua
715 fala cumprimentando os presentes e informando estar em seu primeiro mandato; destacou
716 que, ao analisar a apresentação, identificou metas relacionadas à proteção das mulheres
717 vítimas de violência, mas não identificou ações voltadas às causas da violência; afirmou que,



718 assim como na odontologia preventiva, é mais eficiente atuar nas causas do que nos efeitos;
719 questionou se há projeções atuais ou futuras para o combate às causas da violência, inclusive
720 contra idosos, que sofrem principalmente dentro de casa, local que deveria ser seguro;
721 acrescentou que tentou acessar o Programa de Metas 56, mas não localizou projeto específico
722 sobre violência contra idosos, e destacou que a informação deve ser acessível a todos os
723 Conselheiros; questionou também se o CMPU possui caráter deliberativo ou consultivo,
724 argumentando que, sendo deliberativo, todos os membros devem ter acesso irrestrito às
725 informações; mencionou dificuldades em obter dados da CT, cujas negativas não são
726 fundamentadas, comprometendo a transparência e a devolutiva aos munícipes; reforçou a
727 necessidade de atuar na prevenção da violência para garantir a permanência da mulher no
728 ambiente seguro, evitando o deslocamento para casas de acolhimento; finalizou agradecendo
729 o espaço e a atenção, manifestando sua disposição em aprender com os colegas e desejando
730 bênçãos a todos; em sequência, a Sra., Maria Gabriela Camollez Florio, Secretária Executiva do
731 Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, agradeceu a manifestação do Conselheiro
732 Marcelo de Souza, representante do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Leste
733 1, informou o encerramento das falas e anunciou que passaria a palavra ao Sr., Guilherme Iseri
734 de Brito, Diretor da Divisão de Articulação Intersectorial da Coordenadoria de Planejamento
735 Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, para as considerações
736 finais; registrou em ata as solicitações realizadas, conforme segue: pelo Conselheiro Marcelo
737 de Souza e pelo Conselheiro José André de Araújo, representante do Conselho Participativo
738 Municipal da Macrorregião Oeste; a primeira demanda registrada foi o envio, com trinta dias
739 de antecedência, do material de referência relacionado às pautas do CMPU; em seguida, foi
740 destacada a solicitação já registrada quanto à gestão da participação social e à metodologia; a
741 terceira demanda referiu-se à constituição de um Grupo de Trabalho de Gestão Executiva da
742 Sociedade Civil, para facilitar a deliberação frente à Prefeitura e ao CMPU; finalizando, foi
743 solicitada a reapresentação do Programa de Metas, já incorporando indicadores, linhas de
744 base de impacto e respectivas fontes, como os planos de clima, drenagem e mobilidade, além
745 de critérios para incorporação das ações ao Programa de Metas; reforçou que, conforme
746 previsto no Instrumento de Gestão Territorial e Desenvolvimento de Planos Regionais –
747 IGTDPR, o CMPU deve discutir os critérios de escolha das ações; concluiu esclarecendo ao
748 Conselheiro Marcelo que o CMPU é um órgão deliberativo, desde que haja maioria para a
749 tomada de decisão, destacando a importância da atuação conjunta para contribuir com a
750 gestão municipal e construir uma cidade melhor; com a palavra, o Sr., Guilherme Iseri de Brito
751 esclareceu que a apresentação realizada não correspondeu à apresentação do Programa de
752 Metas propriamente dito, mas sim a um trabalho que visa articular melhor as políticas e metas
753 existentes, com o intuito de consolidar, futuramente, uma política de Estado; ressaltou que
754 esse trabalho está em fase inicial e tem como objetivo estruturar metas mais bem integradas
755 às demais peças de planejamento urbano; informou que, por esse motivo, não seria possível
756 responder diretamente à indagação do Conselheiro Marcelo sobre ações específicas
757 relacionadas à causa da violência, mas indicou que tais informações poderiam estar vinculadas
758 à Meta 60 ou correlatas; esclareceu que o uso do pronome "nós" referia-se à equipe técnica
759 responsável pelo trabalho de articulação e não à equipe da Secretaria responsável pelo
760 Programa de Metas, tampouco às secretarias responsáveis pelas ações do Plano Diretor, cujo
761 conteúdo é consolidado em lei após processo de revisão; reforçou que a Lei do Plano Diretor,
762 de 2014, estabelece vigência de 15 anos, até 2029, e que em 2023 esse entendimento foi
763 reafirmado; concluiu afirmando que as discussões sobre a implementação territorial das ações
764 previstas no Plano Diretor estão sendo tratadas no contexto atual do Programa de Metas; em
765 sequência, a Sra., Maria Gabriela Camollez Florio retomou a fala para esclarecer a respeito da



766 solicitação do Conselheiro José André de Araújo quanto ao envio de materiais com 30 dias de
767 antecedência; informou que, conforme o Decreto nº 56.268, de 2015, e o Regimento Interno
768 do CMPU, o prazo regulamentar para envio de materiais é de cinco dias antes da reunião,
769 sendo sete dias no caso de reuniões ordinárias e cinco para extraordinárias; mencionou que,
770 embora seja possível discutir eventual alteração regimental, a norma vigente é essa;
771 prosseguindo, tratou-se da proposta de criação de Grupo de Trabalho (GT) da sociedade civil; a
772 Sra., Maria Gabriela informou que, caso o GT seja formalizado, deverá estar vinculado ao
773 CMPU, com abertura à participação de todos os Conselheiros; observou ainda que já há
774 articulações externas por parte da sociedade civil, mas que não houve votação interna sobre a
775 formalização; a Sra., Elisabete França, Presidente do CMPU, informou que a sociedade civil
776 decidiu pela criação de um grupo próprio para acompanhamento do planejamento urbano, o
777 que foi registrado em ata; manifestou preocupação com o esvaziamento da reunião e sugeriu
778 que a proposta de criação de GT fosse enviada por e-mail, para deliberação na próxima
779 reunião, agendada para o dia 28 de agosto; solicitou que seja proposto um texto formal para a
780 criação do comitê ou grupo de trabalho, para apreciação célere; na sequência, com a palavra,
781 o Conselheiro José André de Araújo reiterou a necessidade de garantir a participação do poder
782 público nos GTs, ressaltando o caráter paritário do CMPU e a importância da legitimidade das
783 propostas; sugeriu o envio aos Conselheiros recém-empossados do Decreto de
784 regulamentação do CMPU, dos artigos referentes ao CMPU contidos no Plano Diretor
785 Estratégico – PDE, bem como do Regimento Interno, como forma de garantir maior
786 conhecimento e segurança jurídica nas atuações; defendeu que as propostas sejam projetadas
787 em tela durante as reuniões para garantir transparência e legitimidade; solicitou ainda que as
788 pautas anteriormente encaminhadas à presidência sejam divulgadas, de modo a assegurar
789 justiça no ordenamento das deliberações; alertou que a multiplicidade de GTs pode
790 comprometer a eficácia do Conselho e defendeu que se priorizem os trabalhos já aprovados e
791 em andamento, concluindo com uma observação crítica à sobrecarga de temas, sugerindo
792 maior foco nas deliberações; por fim, a Sra., Elisabete França declarou encerrada a 88ª
793 Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, agradecendo a participação de
794 todos, especialmente dos que permaneceram até o final da sessão, confirmando que a
795 próxima reunião ocorrerá em 28 de agosto.



ELISABETE FRANÇA

PRESIDENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

MARIA GABRIELA CAMOLLEZ FLORIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

SUELI GUERREIRO MORALES

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

FERNANDO HENRIQUE GASPERINI

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

BEATRIZ BRUNO MENDES

TITULAR

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM

JÉSSICA DE SOUZA FARJADO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEGES

AMANDA VANESSA MONACO PEIXOTO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA - SMJ



ANDRÉ GUILHERME LEMOS JORGE

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF

LINCOLN DIOGO LIMA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

RENAN MASSABNI MARTINS

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELE PEREA CAVINATO

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

ROSÉLIA MIKIE IKEDA

SUPLENTE

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB

MARIA JOSÉ GULLO

SUPLENTE

SUBPREFEITURAS

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO OESTE

RICARDO APARECIDO GRANJA DOS SANTOS

SUPLENTE

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO LESTE 2

GILSON ALMEIDA BARRETO JUNIOR

SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL



CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 1

ALINE DONARIO DE ALMEIDA

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 2

LUCIANA APARECIDA PICOLO

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

ANDRE LEIRNE

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO CENTRO

CAROLINA ALBUQUERQUE GONÇALVES

SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 1

MARCELO DE SOUZA

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 2

ALEXANDRA FABIANE CAPORALLI

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 1

JOSÉ EDUARDO TRINDADE CANEJO

SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 2

RITA DE CÁSSIA SANTOS

SUPLENTE

MOVIMENTO DE MORADIA 2



SEVERINA RAMOS DO AMARAL DA SILVA (UMM)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SAPP)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO (ASSAMPALBA)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4

JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO (UMPMA)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA 1

TEREZA BEATRIZ RIBEIRO HERLING (MACK)

TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 1

ELOISE TORRES AMADO (CBCS)

TITULAR

ENTIDADES RELIGIOSAS

SANDRA RAMALHOSO (MITRA)

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMPD

MARIA FRYDDA EMANUELLY GONÇALVES MONTEIRO

TITULAR

